

**Relatório de Auditoria Financeira
Programa de Desenvolvimento Urbano
Integrado e Sustentável do Município de
João Pessoa
Contrato de Empréstimo nº 4444 OC/BR –
BR-1421**



**João Pessoa/PB
2020**

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA

Conselheiro Fernando Rodrigues Catão

Presidente

Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira

Vice-Presidente

Conselheiro Antônio Gomes Vieira Filho

Corregedor

Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho

Presidente da Primeira Câmara

Conselheiro André Carlo Torres Pontes

Presidente da Segunda Câmara

Conselheiro Substituto Renato Sérgio Santiago Melo

Ouvidor

Conselheiro Arnóbio Alves Viana

Coordenador da ECOSIL

Dr. Manoel Antônio dos Santos Neto

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/PB

Károly de Tratai Hiluey Agra

Diretor Executivo Geral

Eduardo Ferreira Albuquerque

Diretor de Auditoria e Fiscalização

**Relatório de Auditoria Independente sobre as Demonstrações Financeiras do Contrato
de Empréstimo nº 4444/OC BR – Exercício 2020**

PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL

Comissão de Auditoria:

Maria Zaira Chagas Guerra Pontes (Coordenadora)
ACP – Auditor de Contas Públicas

Gláucio Barreto Xavier
ACP – Auditor de Contas Públicas

João César Bezerra de Menezes
Auditor de Controle Externo

João Kennedy Rodrigues Gonçalves
ACP – Auditor de Contas Públicas

Renata Carrilho Torres de Andrade
ACP – Auditor de Contas Públicas

Rômulo Soares Almeida Araújo
ACP – Auditor de Contas Públicas

LISTA DE SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
DIAFI	Diretoria de Auditoria e Fiscalização
CCC	Centro de Cooperação da Cidade
ROP	Regulamento Operacional do Programa
CBR	Complexo Beira-Rio
ELO	Escritório Local de Gestão
CVF	Complexo Via Férrea
INTOSAI	Organização Internacional das Entidades Superiores de Fiscalização
ISSAI	Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores
ISA	Normas Internacionais de Auditoria
IFAC	Federação Internacional de Contadores
POA	Plano Operativo Anual
PA	Plano de Aquisições
PF	Plano Financeiro
CGP	Comitê de Gestão do Programa
SEPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento
SEFIN	Secretaria de Finanças
PCAO	Plano de Controle Ambiental de Obras
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
AA	Autorização Ambiental
PGAS	Plano de Gestão Ambiental e Social
MGAS	Marco de Gestão Ambiental e Social
TDR	Termo de Referência
PDRR	Plano Diretor de Reassentamento e Relocalização
PERRs	Planos Executivos de Reassentamento e Relocalização

SAFF Cofinanciados	Solução para Administração Física, Financeira e Contábil de Projetos
SGP	Sistema de Gerenciamento do Programa
LOA	Lei Orçamentária Anual
QDD	Quadro de Detalhamento da Despesa
TCE/PB	Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

TABELAS

Tabela 01 – Investimentos do Projeto	12
Tabela 02 – Previsão Orçamentária x Despesas Realizadas (2017)	43

IMAGENS

Imagem 01 – Portarias de Nomeação dos Membros da UEP.....	37
Imagem 02 – Estrutura da UEP.....	38
Imagem 03 – Valores Previstos no Orçamento.....	43
Imagem 04 – Avanço do Tempo X Valor Desembolsado.....	44

SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO	09
1. INTRODUÇÃO	09
2. DO PROJETO	09
2.1. OBJETIVO DO PROJETO.....	10
2.2. ESTRUTURA DO PROJETO.....	10
3. DA AUDITORIA	11
3.1. ESCOPO DO TRABALHO	11
3.2. DEFINIÇÃO DA AMOSTRA	12
 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS BÁSICAS DO PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL	 15
 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO ASSOCIADO À AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	 19
4. AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS	22
4.1. OBJETIVO DO PROJETO.....	22
4.2. ESTRUTURA DO PROJETO	22
4.3. UNIDADE EXECUTORA DO PROJETO.....	23
4.4. ATRIBUIÇÕES DOS INTEGRANTES DA ESTRUTURA BÁSICA.....	24
4.5. SISTEMA DE INFORMAÇÕES	34
4.6. AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS DO PROGRAMA.....	34
4.6.1. Áreas avaliadas	35
4.6.2. Resultado da avaliação dos controles internos da UEP	36
4.6.2.1. Área: Gestão de Riscos	36
4.6.2.2. Área: Estrutura Organizacional	37
4.6.2.3. Área: Controle Contábeis	41
4.6.2.4. Área: Controles da Administração Orçamentária e Financeira	42
4.6.2.5. Área: Controle de Aquisições	45

4.6.2.6. Área: Controle Patrimonial	47
5. CONCLUSÃO	48
ANEXOS	49

RESUMO EXECUTIVO

1. INTRODUÇÃO

A partir da edição da Lei Ordinária nº 13.138/2015 (publicada no Semanário Oficial de 27/12/2015 a 02/01/2016), o Poder Executivo do Município de João Pessoa/PB foi autorizado a contratar operação de crédito externo junto ao BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Por meio da Resolução nº 29/2018 (publicada no Diário Oficial da União de 08 de novembro de 2018), em conformidade com o que dispõe o art. 52, inciso V, da Constituição da República Federativa do Brasil, foi autorizado, pelo Senado Federal, o Contrato de Empréstimo nº 4444/OC-BR, celebrado entre o Município de João Pessoa e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. O referido contrato apresenta como objeto a concessão de empréstimo com vista ao financiamento e execução do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Município de João Pessoa (Programa João Pessoa Sustentável), conforme definido através da Cláusula 1.01 – Das Disposições Especiais.

Por conseguinte, cumprindo condição contratual à liberação dos recursos, foi criada a Unidade Executora do Programa (UEP), através da Lei Municipal nº 13.676/2018 (publicada no Semanário Oficial de 23 a 29 de dezembro de 2018), composta por membros especializados e exclusivamente dedicados à execução do programa, de acordo com o que disciplina o ato normativo de criação da UEP, o Contrato de Empréstimo nº 4444/OC – BR, o Regulamento Operacional do Programa e outros normativos correlatos.

Inicialmente, a UEP funcionava à Av. João Cirilo da Silva – Portal do Sol, João Pessoa/PB, transferindo-se, em agosto de 2020, para o Duo Corporate Tower, localizado na BR-230, também na capital paraibana.

O Coordenador Geral do Programa João Pessoa Sustentável, até o final do exercício financeiro de 2020, era o senhor José Rivaldo Lopes, nomeado para a função através da Portaria nº 33, de 08 de janeiro de 2019.

A UEP está ligada diretamente ao gabinete do Prefeito Municipal, sendo este o responsável pela administração geral e financeira do programa.

Os trabalhos aqui desenvolvidos referem-se à Auditoria Independente prevista na Cláusula 5.02 - Das Disposições Especiais – e ao Artigo 7.03 – Das Normas Gerais -, ambos do Contrato de Empréstimo nº 4444/OC-BR.

2. DO PROJETO

O custo total do Projeto foi estimado em quantia equivalente a US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares), sendo US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares) financiados pelo BID e US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares) representando recursos de contrapartida local; cujo prazo para desembolso perfaz 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses, a partir da entrada em vigor do Contrato de Empréstimo.

Do total financiado pelo BID, o Programa João Pessoa Sustentável, em 2020, aplicou o montante de US\$ 930.674,45, restando um saldo de US\$ 99.069.325,55.

No concernente à contrapartida local, o valor aplicado, até 31/12/2020, totaliza US\$ 7.187.097,79.

2.1. OBJETIVO DO PROJETO

O objetivo geral do Projeto visa propiciar um desenvolvimento urbano e sustentável ao Município de João Pessoa, a partir do fortalecimento do planejamento, da gestão urbana e pública municipal, bem como por meio de intervenções integrais e/ou demonstrativas para famílias vulneráveis.

2.2. ESTRUTURA DO PROJETO

Para alcançar os seus objetivos, o Projeto está dividido nos seguintes componentes de investimento, identificados e descritos a seguir:

Componente I - Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade

Este componente inclui atividades agrupadas em três Subcomponentes:

a) Fortalecimento do Planejamento e da Gestão Urbana. Serão financiadas as seguintes atividades: (i) revisão do plano diretor municipal; (ii) elaboração de estudos de densificação urbana e habitação sustentável; (iii) elaboração de estudos socioambientais para intervenções em assentamentos informais com população vulnerável; (iv) elaboração do plano municipal de redução de riscos a desastres naturais; e (v) implementação do Centro de Cooperação da Cidade (CCC) contemplando a integração institucional e tecnológica para situações de emergência, risco de desastres naturais, segurança pública e mobilidade;

b) Financiamento de Conjuntos Habitacionais Integrais para Famílias Vulneráveis. Serão financiados com recursos de Contrapartida Local a construção de cerca de 2.300 habitações para aproximadamente 11.500 pessoas de baixa renda nos conjuntos habitacionais: Colinas de Gramame, São José, Saturnino de Brito e Vista Alegre. Também, serão financiadas obras de infraestrutura básica e/ou equipamento urbano, priorizadas de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento Operacional do Programa (ROP) e em consistência com as políticas de salvaguardas do Banco.

c) Melhoramento do Habitat em Assentamentos Irregulares Vulneráveis. Será financiada a realocação de famílias em situação de risco em assentamentos irregulares do Complexo Beira Rio (CBR), selecionados por sua situação de vulnerabilidade. No CBR serão financiadas, entre outras, as seguintes atividades: (i) projeto urbanístico integral da área; (ii) reassentamento de aproximadamente 840 famílias que vivem em zonas de risco, incluindo desapropriação de áreas para construção de cerca de 675 habitações; (iii) implementação de obras de infraestrutura e/ou equipamento urbano em áreas selecionadas; (iv) elaboração e implementação de um plano de acompanhamento socioeconômico para as famílias beneficiadas, incluindo a criação de um Escritório Local de Gestão (ELO); e (v) regularização cadastral e titulação de propriedades. Em relação ao Complexo Via Férrea (CVF), serão financiados: (i) o projeto urbanístico integral da área; (ii) seleção de obras essenciais para prover serviços de infraestrutura básica e/ou equipamento urbano; e (iii) recuperação socioambiental do antigo lixão municipal.

Componente II. Fortalecimento da Gestão Pública Municipal

Este componente inclui atividades agrupadas nos seguintes Subcomponentes:

a) Melhoramento da Gestão Tributária. Será financiada: (i) a implementação de um novo modelo de gestão da arrecadação e dos contribuintes; (ii) a atualização do cadastro de valores imobiliários; e (iii) a implementação de um novo modelo de gestão de contribuintes, de cobrança e um sistema de administração tributária, de programa de inteligência e de educação fiscal.

b) Melhoramento da Gestão Administrativa. Este subcomponente financiará as seguintes atividades: (i) apoio à reestruturação organizacional de órgãos municipais vinculados ao Programa; (ii) capacitação dos servidores públicos municipais, no âmbito da implementação da escola de governo; (iii) modernização da gestão patrimonial; (iv) aperfeiçoamento do sistema de gestão financeira e contábil municipal; (v) melhoramento da gestão das compras municipais; (vi) implementação de uma gestão financeira focada na melhoria dos gastos; (vii) melhoramento do planejamento e gestão da assistência social; (viii) implementação de modelo de atuação da defesa civil municipal; (ix) aperfeiçoamento do sistema de serviços e segurança na área da tecnologia da informação; (x) implantação de *data center*; e (xi) implantação de uma sala segura que cumpra com padrões de segurança internacionais.

Componente III. Gestão/Administração do Programa.

Este componente inclui a atividade:

a) Administração do Programa. Será financiada a criação e o funcionamento de uma Unidade Executora do Programa (UEP) e a contratação de uma empresa de consultoria especializada em gestão de projetos para apoiar o gerenciamento dos distintos componentes da operação, incluindo a supervisão de todas as obras de infraestrutura e equipamento urbano. Também serão contratados serviços de consultoria para a avaliação, assim como a auditoria externa contábil financeira e a implementação do Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS).

3. DA AUDITORIA

3.1 ESCOPO DO TRABALHO

Os trabalhos de auditoria iniciaram-se por reuniões entre os membros da Unidade Executora do Programa - UEP e a equipe designada pelo Tribunal de Contas da Paraíba, através da Portaria TC nº 071/2021.

Foram verificados procedimentos e contratos de aquisições, relatórios, demonstrativos; contratos de câmbio, extratos bancários, além de outras informações necessária à análise das atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto em epígrafe e sua compatibilidade com as demonstrações financeiras apresentadas; em estrita observância às normas da INTOSAI e diretrizes específicas do BID.

A auditoria teve como objetivo verificar a adequabilidade dos controles internos contábeis, financeiros, patrimoniais, administrativos e de tecnologia de informação mantidos pela coordenação do Projeto nas seguintes áreas:

a) Controle orçamentário, bem como a execução do Projeto em confronto com as metas estabelecidas nos documentos de planejamento;

- b) O cumprimento, pelo mutuário, das cláusulas contratuais de caráter contábil, financeiro e gerencial;
- c) Controle patrimonial;
- d) Controle de aquisições, no intuito de verificar a conformidade dos processos de licitação/seleção com as políticas do Banco e com a legislação nacional aplicável, e adequabilidade dos pagamentos realizados;
- e) Controle em Tecnologia da Informação; e
- f) A adequada apresentação das Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas do Projeto.

3.2 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

No exercício auditado (2020), foram realizadas aquisições no montante de R\$ 4.813.927,81 (US\$ 930.674,45), totalizando 11 (onze) processos. Dessa totalidade, foram analisados 8 (oito) processos, constituindo uma amostra que representa 49,71% dos investimentos do Programa ao longo do exercício de 2020, conforme tabela a seguir:

Tabela 01 – Investimentos do Projeto (2020) – Processos Analisados

Credor	Nº Contrato	Objeto	Valor Pago (R\$)	Valor Pago (US)
Ruth Jurberg	02.002/2020	Consultoria Individual para elaboração de proposta de implantação e operação dos Escritórios Locais de Gestão	102.118,76	21.384,07
Renata Satiko Akiyama	02.012/2019	Consultoria Individual para a capacitação de equipe técnica e elaboração do Termo de Referência para a revisão do Plano Diretor e Legislação Complementar	29.000,00	6.720,76
Larissa Garcia Campagner	02.001/2020	Consultoria Individual para elaboração de proposta de viabilidade de introdução de espaços comerciais em conjuntos habitacionais de baixa renda no Complexo Beira Rio	56.335,00	13.055,61
Instituto Aquila de Gestão Ltda.	02.003/2020	Contratação de Serviços de Consultoria de apoio ao gerenciamento de projetos	307.963,03	57.687,19
Indra Brasil Soluções e Serviços Tecnológicos Ltda.	02.004/2020	Prestação de Serviços especializados de tecnologia da informação e comunicação, consultoria e assessoria técnica para adequação do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Financeira (SIGEF)	1.425.563,57	267.033,42
MJV Serviços de Escritórios Compartilhados	0.008/2020	Aluguel de Salas para Funcionar UEP	81.820,00	15.322,82

Softplan Planejamentos e Sistemas	02.013/2019	Contratação de serviço técnico de informática de apoio à execução financeira do Programa de Desenvolvimento Urbano, Integrado e Sustentável do Município de João Pessoa	156.641,30	34.577,93
Ney Marques Duarte	02.014/2020	Consultoria individual para apoiar a implantação do Centro de Cooperação da Cidade (CCC)	233.396,13	48.425,60
TOTAL			2.392.837,79	

Fonte: SAFF.

Outrossim, à elaboração do presente relatório de auditoria independente, foram solicitados os seguintes documentos: a) Contrato de Empréstimo nº 4444/OC-BR e respectivas Disposições Especiais às Normas Gerais de caráter contábil e financeiro, referentes ao Programa; b) Todas as comunicações realizadas entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Prefeitura de João Pessoa (por intermédio da Unidade Executora do Programa – UEP); c) Norma local sobre a estrutura, atribuições, responsabilidades e formação dos membros responsáveis pelas diversas fases do Projeto; d) Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2020; e) Extratos de todas as contas bancárias relativas ao Programa João Pessoa Sustentável.

Quanto às demais informações necessárias à elaboração deste relatório, destacamos que a UEP concedeu à equipe de auditoria acesso ao programa SAFF, da empresa, SOFTPLAN, através do qual foi possível verificarmos dados contábeis, financeiros, patrimoniais e administrativos.

Contrato de Empréstimo nº 4444/OC – BR

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações
Financeiras Básicas do Programa João Pessoa Sustentável**

Período: 01/01/2020 a 31/12/2020

**João Pessoa/PB
2020**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS BÁSICAS DO PROGRAMA

Ao Excelentíssimo Senhor Cícero Lucena Filho

Prefeito do Município de João Pessoa/PB

Programa João Pessoa Sustentável

Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras anexas da Prefeitura Municipal de João Pessoa, que compreendem a Demonstração de Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2020 e a Demonstração de Investimentos Acumulados para o exercício findo também nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, correspondentes ao Programa João Pessoa Sustentável, financiado com recursos do Contrato de Empréstimo nº 4444/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com aportes da Prefeitura Municipal de João Pessoa, em atendimento ao disposto na Cláusula 5.02, das Disposições Especiais, do referido Contrato de Empréstimo.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam razoavelmente, em todos os aspectos relevantes, os recebimentos e os pagamentos do Programa em 31 de dezembro de 2020, em conformidade com o critério contábil de caixa, descrito na Nota Explicativa 02.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com os estabelecidos no Manual de Auditoria do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, que estão baseados nas Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAIs, por sua sigla em inglês), desenvolvidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), que são convergentes – com as adequações de concordância – com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA, por sua sigla em inglês), emitidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), e requerimentos específicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “*Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras*”. Somos independentes em relação ao Programa, de acordo com os princípios éticos relevantes para nossa Auditoria de demonstrações financeiras, previstos no Código de Ética deste Tribunal de Contas e da INTOSAI, e cumprimos com as demais responsabilidades de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Sem que haja modificação da nossa opinião, chamamos atenção para os seguintes:

Ênfases

A nota explicativa 03 às demonstrações financeiras informa que os fundos disponíveis em 31 de dezembro de 2020 estão depositados nas contas bancárias do Programa e incluem as receitas geradas por juros e ganhos cambiais. O extrato da conta mantida na agência 1909, com nº 00071010-9 da Caixa Econômica Federal, demonstra um saldo total de R\$ 1.383.417,90 (US\$ 259.143,78). O montante de R\$ 770,24 (US\$ 148,23) remete-se a saldo das receitas provenientes de ganhos em aplicações financeiras;

A nota explicativa 04 às demonstrações financeiras ressalta que há saldo pendente de justificação ao BID, no montante de US\$ 602.231,56, representado pelo saldo disponível na moeda da operação US\$ 258.995,55 (R\$ 1.382.647,66) e gastos ou pagamentos pendentes de apresentação ao Banco US\$ 343.236,01(R\$ 1.832.371,14).

A nota explicativa 8 evidencia que foram adquiridos bens de consumo (kits de limpeza e higiene pessoal, bem como cestas básicas) a fim de atender a população em situação de vulnerabilidade social no ápice da pandemia do novo coronavírus (vetor da COVID-19).

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com o critério contábil de caixa descrito na Nota 02, o qual inclui determinar que o critério de caixa constitui uma base contábil aceitável para a preparação das demonstrações financeiras nas circunstâncias e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro. A base contábil de fundos reconhece as transações e os fatos somente quando os recursos (incluindo o equivalente aos fundos) são recebidos ou pagos pelo Programa e não quando resultam, auferem ou se originam de direitos ou obrigações, ainda que não se tenha produzido uma movimentação de fundos (caixa).

Os responsáveis pela governança do Programa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras do Programa.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com o Manual de Auditoria do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, que está baseado nas Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAIs), desenvolvidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

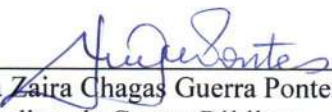
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Prefeitura.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e eventos subjacentes de forma a alcançar a apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Relatório sobre outros requisitos legais e/ou regulatórios

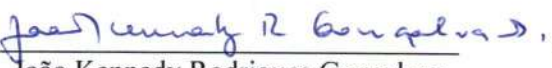
Não foram observadas situações que indiquem descumprimento das cláusulas financeiras do contrato de empréstimo nº 4444/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento durante o período submetido à nossa auditoria.

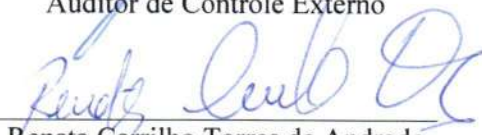
João Pessoa, 15 de abril de 2021.

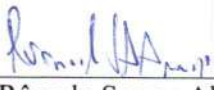

 Maria Zaira Chagas Guerra Pontes
 Auditor de Contas Públicas


 Gláucio Barreto Xavier
 Auditor de Contas Públicas


 João César Bezerra de Menezes
 Auditor de Controle Externo


 João Kennedy Rodrigues Gonçalves
 Auditor de Contas Públicas


 Renata Carrilho Torres de Andrade
 Auditor de Contas Públicas


 Rômulo Soares Almeida Araújo
 Auditor de Contas Públicas

ANEXOS

Demonstração de Fluxo de Caixa
Período Referência: 2º Semestre 2020
Taxa de câmbio: R\$ 5,19610


US\$


Descrição	PERÍODO TERMINADO EM 31/12/2020			PERÍODO TERMINADO EM 2019		
	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL
RECURSOS RECEBIDOS						
Acumulado no início do período						
Durante o período - Sub total	1.189.670,00	7.187.246,02	8.376.916,02			
Desembolsos (Antecipações/Fundo Rotativo, reembolsos, pagto diretos - BID)	1.189.670,00	7.187.097,79	8.376.767,79			
Rendimentos de aplicação financeira		148,23	148,23			
Outros (detalhar)						
Total Recursos Recebidos	1.189.670,00	7.187.246,02	8.376.916,02			
DESEMBOLSOS EFETUADOS						
Acumulado no início do período						
Durante o período - Sub total	930.674,45	7.187.097,79	8.117.772,24			
Solicitacao/justificativa de desembolso apresentada ao BID	587.438,44	7.072.149,87	7.659.588,31			
Pgtos por Bens e Serviços Pendentes de Comprovação/Justificativa	343.236,01	114.947,92	458.183,93			
Outros (detalhar)						
Total Desembolsado	930.674,45	7.187.097,79	8.117.772,24			
SALDO DISPONÍVEL	258.995,55	148,23	259.143,78			

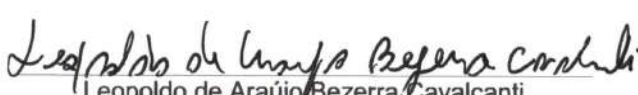
Sistema Integrado de Gestão de Projetos

SIGP-BID

João Pessoa, 12 de abril de 2021.


Juliana de Oliveira Medeiros
Coordenadora Administrativa e Financeira
CRC nº 10.83610-9/PB


Antônio de Fátima Elizeu de Medeiros
Coordenador Geral


Leopoldo de Araújo Bezerra Cavalcanti
Prefeito

Demonstração de Fluxo de Caixa
Período Referência: 2º Semestre 2020


R\$

Descrição	PERÍODO TERMINADO EM 31/12/2020			PERÍODO TERMINADO EM 2019		
	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL
RECURSOS RECEBIDOS						
Acumulado no início do período						
Durante o período - Sub total	6.196.575,47	23.491.880,83	29.688.456,30			
Desembolsos (Antecipações/Fundo Rotativo, reembolsos, pagto diretos - BID)	6.196.575,47	23.491.110,59	29.687.686,06			
Rendimentos de aplicação financeira		770,24	770,24			
Outros (detalhar)						
Total Recursos Recebidos	6.196.575,47	23.491.880,83	29.688.456,30			
DESEMBOLSOS EFETUADOS						
Acumulado no início do período						
Durante o período - Sub total	4.813.927,81	23.491.110,59	28.305.038,40			
Solicitacao/justificativa de desembolso apresentada ao BID	2.981.556,67	23.022.716,83	26.004.273,50			
Pgtos por Bens e Serviços Pendentes de Comprovação/Justificativa	1.832.371,14	468.393,76	2.300.764,90			
Outros (detalhar)						
Total Desembolsado	4.813.927,81	23.491.110,59	28.305.038,40			
SALDO DISPONÍVEL	1.382.647,66	770,24	1.383.417,90			

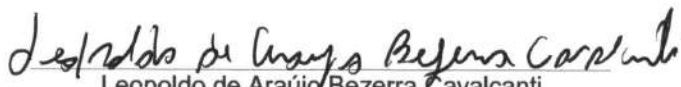
Sistema Integrado de Gestão de Projetos

SIGP-BID

João Pessoa, 12 de abril de 2021.


Juliana de Oliveira Medeiros
Coordenadora Administrativa e Financeira
CRC nº 10.83610-9/PB


Antônio de Fátima Elizeu de Medeiros
Coordenador Geral


Leopoldo de Araújo Bezerra Cavalcanti
Prefeito



Empréstimo
Mutuário
Programa

: 4444/OC-BR
: Município de João Pessoa
: JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL

Demonstração Investimentos Acumulados
Período Referência: 2º Semestre 2020


Conceito	Orçamento Vigente			Acumulado até Exercício 2019			Movimento do Exercício 2020			Acumulado até Exercício 2020			Orçamento a Realizar		
	Total Projeto	BID	Contrap.	BID	Contrap.	TOTAL	BID	Contrap.	TOTAL	BID	Contrap.	TOTAL	Total Projeto	BID	Contrap.
01 - Componente I Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade	847.941.166,80	338.323.267,10	509.617.899,70				2.608.543,78	21.990.608,40	24.599.152,18	2.608.543,78	21.990.608,40	24.599.152,18	823.342.614,62	335.714.723,32	487.627.291,30
01.01 - Fortalecimento do Planejamento e da Gestão Urbana	160.550.557,90	130.959.256,84	29.591.301,07				2.450.090,02		2.450.090,02	2.450.090,02		2.450.090,02	158.100.467,88	128.509.166,82	29.591.301,07
01.02 - Financiamento de Conjuntos Habitacionais Integrais para Famílias Vulneráveis	299.100.506,25		299.100.506,25					21.990.608,40	21.990.608,40		21.990.608,40	21.990.608,40	277.109.897,85		277.109.897,85
01.03 - Melhoramento do Habitat em Assentamentos Irregulares Vulneráveis	388.290.102,65	207.364.010,26	180.926.092,38				158.453,76		158.453,76	158.453,76		158.453,76	388.131.648,89	207.205.556,50	180.926.092,38
02 - Componente II: Fortalecimento da Gestão Pública Municipal	129.149.065,50	129.149.065,50					1.507.383,57		1.507.383,57	1.507.383,57		1.507.383,57	127.641.681,93	127.641.681,93	
02.01 - Melhoramento da Gestão Tributária	71.187.219,51	71.187.219,51											71.187.219,51	71.187.219,51	
02.02 - Melhoramento da Gestão Administrativa	57.961.845,99	57.961.845,99					1.507.383,57		1.507.383,57	1.507.383,57		1.507.383,57	56.454.462,42	56.454.462,42	
03 - Gestão/ Administração do Programa	62.129.767,70	52.137.667,40	9.992.100,30				698.000,46	1.500.502,19	2.198.502,65	698.000,46	1.500.502,19	2.198.502,65	59.931.265,05	51.439.666,94	8.491.598,11
03.01 - UEP e Auditoria	49.757.853,60	39.765.753,30	9.992.100,30				698.000,46	1.500.502,19	2.198.502,65	698.000,46	1.500.502,19	2.198.502,65	47.559.350,95	39.067.752,84	8.491.598,11
03.02 - Monitoramento e Avaliação	2.436.970,90	2.436.970,90											2.436.970,90	2.436.970,90	
03.03 - Programas do MGAS (*)	9.934.943,20	9.934.943,20											9.934.943,20	9.934.943,20	
Totais	1.039.220.000,00	519.610.000,00	519.610.000,00				4.813.927,81	23.491.110,59	28.305.038,40	4.813.927,81	23.491.110,59	28.305.038,40	1.010.914.961,60	514.796.072,19	496.118.889,41
Porcentagens							17,01	82,99	100,00	17,01	82,99	100,00	100,00	50,92	49,08

Sistema Integrado de Gestão de Projetos

SIGP-BID

João Pessoa, 12 de abril de 2021.


Juliana de Oliveira Medeiros
Coordenadora Administrativa e Financeira
CRC nº 10.83610-9/PB


Antônio de Fátima Elizeu de Medeiros
Coordenador Geral


Leopoldo de Araújo Bezerra Cavalcanti
Prefeito



Empréstimo : 4444/OC-BR
Mutuário : Município de João Pessoa
Programa : JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL

Demonstração Investimentos Acumulados
Período Referência: 2º Semestre 2020

US\$

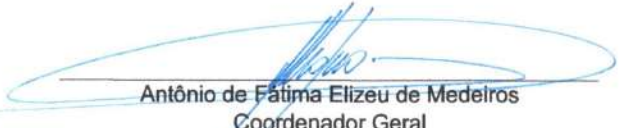
Conceito	Orçamento Vigente			Acumulado até Exercício 2019			Movimento do Exercício 2020			Acumulado até Exercício 2020			Orçamento a Realizar		
	Total Projeto	BID	Contrap.	BID	Contrap.	TOTAL	BID	Contrap.	TOTAL	BID	Contrap.	TOTAL	Total Projeto	BID	Contrap.
01 - Componente I: Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade	163.188.000,00	65.111.000,00	98.077.000,00				507.627,49	6.807.582,59	7.315.210,08	507.627,49	6.807.582,59	7.315.210,08	155.872.789,92	64.603.372,51	91.269.417,41
01.01 - Fortalecimento do Planejamento e da Gestão Urbana	30.898.281,00	25.203.375,00	5.694.906,00				473.187,81		473.187,81	473.187,81		473.187,81	30.425.093,19	24.730.187,19	5.694.906,00
01.02 - Financiamento de Conjuntos Habitacionais Integrals para Famílias Vulneráveis	57.562.500,00		57.562.500,00					6.807.582,59	6.807.582,59		6.807.582,59	6.807.582,59	50.754.917,41		50.754.917,41
01.03 - Melhoramento do Habitat em Assentamentos Irregulares Vulneráveis	74.727.219,00	39.907.625,00	34.819.594,00				34.439,68		34.439,68	34.439,68		34.439,68	74.692.779,32	39.873.185,32	34.819.594,00
02 - Componente II: Fortalecimento da Gestão Pública Municipal	24.855.000,00	24.855.000,00					282.356,24		282.356,24	282.356,24		282.356,24	24.572.643,76	24.572.643,76	
02.01 - Melhoramento da Gestão Tributária	13.700.125,00	13.700.125,00											13.700.125,00	13.700.125,00	
02.02 - Melhoramento da Gestão Administrativa	11.154.875,00	11.154.875,00					282.356,24		282.356,24	282.356,24		282.356,24	10.872.518,76	10.872.518,76	
03 - Gestão/ Administração do Programa	11.957.000,00	10.034.000,00	1.923.000,00				140.690,72	379.515,20	520.205,92	140.690,72	379.515,20	520.205,92	11.436.794,08	9.893.309,28	1.543.484,80
03.01 - UEP e Auditoria	9.576.000,00	7.653.000,00	1.923.000,00				140.690,72	379.515,20	520.205,92	140.690,72	379.515,20	520.205,92	9.055.794,08	7.512.309,28	1.543.484,80
03.02 - Monitoramento e Avaliação	469.000,00	469.000,00											469.000,00	469.000,00	
03.03 - Programas do MGAS (*)	1.912.000,00	1.912.000,00											1.912.000,00	1.912.000,00	
Totais	200.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00				930.674,45	7.187.097,79	8.117.772,24	930.674,45	7.187.097,79	8.117.772,24	191.882.227,76	99.069.325,55	92.812.902,21
Porcentagens							11,46	88,54	100,00	11,46	88,54	100,00	100,00	51,63	48,37

Sistema Integrado de Gestão de Projetos

SIGP-BID

João Pessoa, 12 de abril de 2021.


Juliana de Oliveira Medeiros
Coordenadora Administrativa e Financeira
CRC nº 10.83610-9/PB


Antônio de Fátima Elizeu de Medeiros
Coordenador Geral


Leopoldo de Araújo Bezerra Cavalcanti
Prefeito



João Pessoa
Sustentável

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PROGRAMA

MUTUÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA/PB
CONTRATO Nº: 4444/OC – BR
PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL

1. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

1.1 Objetivo do Programa

O objetivo geral do Programa João Pessoa Sustentável consiste em fomentar a sustentabilidade do Município de João Pessoa, promovendo o desenvolvimento urbano, econômico e da gestão municipal.

Os objetivos específicos são: (i) diminuir a desigualdade urbana, modernizar os instrumentos de planejamento urbano e a prestação de serviços; e (ii) modernizar a administração pública e fiscal, com modelo de gestão por resultados e reestruturação da área de receita.

1.2 Descrição dos Componentes

Para atingir seus objetivos, o Programa está dividido nos seguintes componentes de investimento, abaixo identificados e descritos:

Componente I – Desenvolvimento Urbano Sustentável: Apoio à diminuição das desigualdades urbanas e planejamento para a modernização da gestão urbana. Metas de implementação: (i) elaboração dos projetos básicos/executivos de urbanização integrada de áreas subnormais nos complexos Beira Rio e Linha Férrea; (ii) infraestrutura urbana como redes de esgoto, de drenagem, pavimentação de vias e construção de equipamentos públicos e de lazer no Complexo Beira Rio - CBR; (iii) atividades e obras visando a recuperação do lixão do Roger; (iv) construção de aproximadamente 2.949 unidades habitacionais para população de baixa renda; (v) reassentamento de cerca de 840 famílias do Complexo Beira Rio e regulamentação fundiária; (vi) melhoria dos instrumentos



de gestão e planejamento urbano e ambiental; (vii) elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos a Desastres Naturais; (viii) Plano de Ação de Desenvolvimento de uma Economia de Baixo Carbono; (ix) Plano de Ação para Desenvolvimento Econômico das comunidades da região do Complexo Beira Rio, e (x) implantação do Centro de Cooperação da Cidade (CCC), contemplando o atendimento integrado a emergências, situações de risco, segurança pública e mobilidade.

Componente II – Fortalecimento da Gestão Pública e Gestão da Cidade: Metas de implementação: (i) reestruturação organizacional das secretarias envolvidas; (ii) atualização da planta genérica de valores; (iii) implantação do novo modelo de gestão dos contribuintes; (iv) implantação do novo modelo de cobrança; (v) desenvolvimento de um novo sistema de administração tributária; (vi) implantação do modelo de gestão do patrimônio municipal; (vii) implantação da escola de governo; (viii) implantação do novo modelo de gestão de compras; (ix) implantação do programa de educação fiscal; (x) implantação do novo modelo de inteligência fiscal; (xi) virtualização dos processos administrativos por meio do processo eletrônico; (xii) implantação do modelo de gestão financeira e contábil; (xiii) redefinição do modelo de assistência social do Município; (xiv) melhoria do modelo de atuação da Defesa Civil; (xv) aperfeiçoamento da infraestrutura física e de tecnologia da informação; e (xvi) implantação do Data Center em uma Sala Segura, certificada e com padrões de segurança internacionais.

Além desses dois componentes, o Programa possui atividades ligadas à administração, monitoramento, auditoria e avaliação.

1.3 Custo do Programa

O custo total do Programa é estimado em até US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares americanos).

O Banco financiará até US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares)



americanos), e a contrapartida local, custeada pelo Município de João Pessoa, equivale ao montante de US\$ US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares).

Destaca-se, a seguir, o desmembramento dos recursos, por componente, em dólares americanos:

Categorias de Investimento	BID	PMJP	TOTAL
I. Componentes de Investimentos	89.966	98.077	188.043
Componente I - Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade	65.111	98.077	163.188
Componente II - Fortalecimento da Gestão	24.855	0	24.855
II. Gestão/ Administração do Programa	10.034	1.923	11.957
UEP e Auditoria	7.653	1.923	9.576
Monitoramento e Avaliação	469	0	469
Programas do MGAS	1.912	0	1.912
TOTAL	100.000	100.000	200.000

1.4 Órgão Executor do Programa:

O Órgão Executor do Programa é o Município de João Pessoa, através do Gabinete do Prefeito (atual Secretaria de Gestão Governamental, em razão da reforma administrativa realizada por meio da Medida Provisória nº01/2021). Com a finalidade de executar o Programa, foi criada a Unidade Executora de Programa (UEP), pela Medida Provisória nº 67/2018, convertida na Lei nº 13.676/2018, publicada no Semanário Oficial do Município de 23 a 29/12/2018, Edição Extra.

Na Lei nº 13.676/2018, em conformidade com o Regularmente Operacional do Programa (ROP), este formalmente integrado ao ordenamento municipal, foram criadas as coordenações e atribuídas suas respectivas competências. A estrutura administrativa do Programa é composta pelos seguintes agentes:

- ✓ Prefeito(a) do Município de João Pessoa, que desempenha função de articulação político-institucional;
- ✓ Secretário Chefe de Gabinete do Prefeito (atual Secretário da Gestão Governamental do Município de João Pessoa/PB), o qual, conforme Regulamento Operacional do Programa e Legislação que rege a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal, é o ordenador da despesa, autoridade responsável pela homologação dos certames licitatório, assinatura dos respectivos contratos administrativos, autorização da emissão de empenhos e ordens de pagamentos;





✓ Coordenador Geral da Unidade Executora de Programa (UEP), que desempenha a função de execução da operação crédito, conforme Regulamento Operacional do Programa e Lei Municipal nº 13.676/2018;

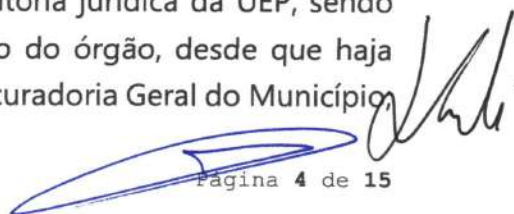
✓ Comitê Gestor do Programa (CGP), criado pelo Decreto nº 9.251/2018, conforme Regulamento Operacional do Programa, órgão de acompanhamento e aconselhamento do Programa, presidido pelo Prefeito Municipal e composto pelas Secretarias e Órgãos participantes do Programa, ao qual compete discutir assuntos relevantes relacionado à execução do Programa, solucionar possíveis dificuldades de articulação institucional e eventuais conflitos existentes, além disso, é a instância encarregada pela discussão do Plano Operativo Anual e os Relatórios de Progresso;

✓ Comissão Especial de Licitação (CEL), responsável pela execução da fase externa dos processos licitatórios do programa, de acordo com as Normas e Políticas de Aquisições que regem o Programa (GNs 2349 e 2350) e modalidades nacionais admitidas pelo BID, nos moldes disciplinados pelo Contrato de Empréstimo e pelo Regulamento Operacional do Programa. A CEL/UEP vem tendo sua composição atualizada anualmente, com garantia da composição da equipe por servidores efetivos, na proporção de dois terços (Decretos Municipais nº 9.330/2019, nº 9.561/2020; e nº 9.672/2021);

✓ Membros da UEP, que são o Coordenador(a) de Tecnologia da Informação, Coordenador(a) Administrativo(a) e Financeiro(a), Coordenador(a) do Centro de Cooperação da Cidade, Coordenador(a) Geral, Coordenador(a) Executivo(a), Coordenador(a) de Desenvolvimento Urbano Sustentável, Coordenador(a) de Fortalecimento da Gestão Pública, Coordenador(a) de Sociais, Coordenador(a) de Aspectos Ambientais e o(a) Assessor(a) Jurídico(a). Todo o corpo de servidores da UEP foi formalmente nomeado por meio de Portarias do Prefeito Municipal, em conformidade com a Lei Municipal nº 13.676/2018;

✓ Nos termos do Contrato de Empréstimo e do Regulamento Operacional do Programa, a UEP conta com o apoio de uma Empresa de Apoio ao Gerenciamento do Programa, incumbida de apoiar a UEP no planejamento, execução, monitoramento e prestação de contas de suas atividades típicas;

✓ Procurador Setorial de carreira designado para atuar junto à UEP, ao qual compete avaliar previamente os aspectos jurídicos de todos os processos licitatórios realizados pela Unidade Executora, emitindo os respectivos pareceres prévios. O Procurador Setorial exerce ainda competência de consultoria jurídica da UEP, sendo consultado diante de aspectos gerais do funcionamento do órgão, desde que haja pertinência jurídica, de acordo com a Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Município.



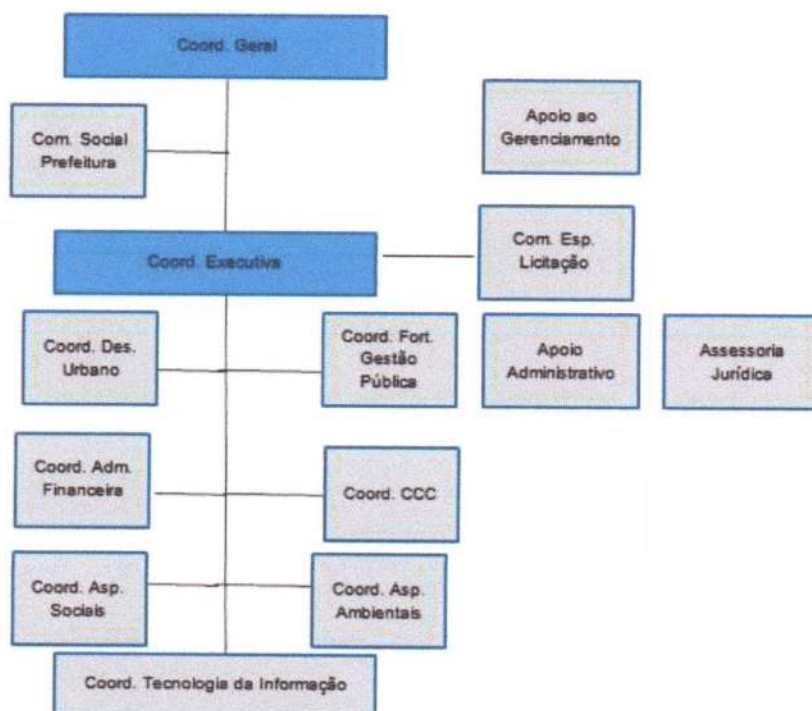
Página 4 de 15



✓ Controladoria Geral do Município (órgão central do sistema de controle interno), a qual exerce controle prévio de todos os processos licitatórios, emitindo os respectivos despachos e pareceres acerca da legalidade, legitimidade e economicidade dos processos, conforme Lei Orgânica da CGM;

✓ Também importa destacar que, de acordo com o Regulamento Operacional do Programa e nos termos disciplinados pela Legislação que rege a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, todas as despesas são previamente submetidas ao crivo da Secretaria Municipal de Finanças, cujo setor de liquidação verifica a conformidade da documentação relativa antes da consumação da execução das despesas.

ORGANOGRAMA DA UEP



O CGP, presidido pelo(a) Prefeito(a) e auxiliado pelo Coordenador(a) Geral da Unidade Executora do Programa, terá como membros efetivos, além do(a) Prefeito(a), os titulares dos seguintes Órgãos e Entidades da Administração Direta da Prefeitura Municipal de João Pessoa:

- a. Secretaria de Infraestrutura;
- b. Secretaria da Receita;

- c. Secretaria Habitação Social;

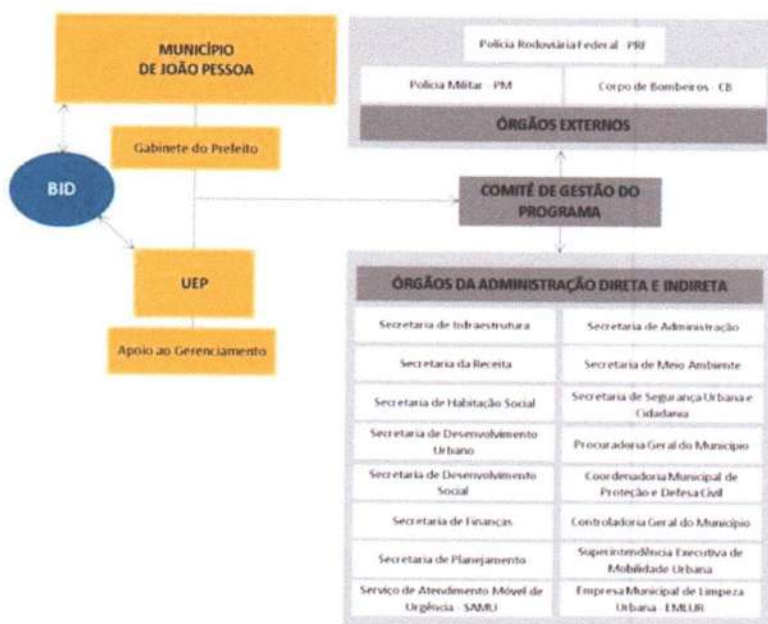


d. Secretaria de Desenvolvimento Urbano;
e. Secretaria de Desenvolvimento Social;
f. Secretaria de Finanças;
g. Secretaria de Planejamento;
h. Secretaria de Administração;
i. Secretaria de Meio Ambiente;
j. Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania;
k. Coordenadoria Proteção e Defesa Civil;
l. Procuradoria-Geral do Município;

m. Controladoria Geral do Município
n. Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana;
o. Empresa Municipal de Limpeza Urbana;
p. Serviço de Atendimento Móvel de Urgência Outros Órgãos e Entidades do Estado da Paraíba – Polícia Militar (PM), Corpo de Bombeiros (CB) – e do Governo Federal – Polícia Rodoviária Federal (PRF).

O (A) Vice-Prefeito (a) será Vice-Presidente do Comitê e o(a) substituto(a) eventual do(a) Prefeito(a). Compete ao CGP realizar reuniões ordinárias semestrais, e extraordinárias, quando se fizer necessário.

ORGANOGRAMA DO CGP



A existência dessa multiplicidade de instâncias, compostas por equipes multidisciplinares, cujas competências e atribuição foram previamente definidas em



marcos normativo-legais, permitem o funcionamento da Unidade Executora do Programa com garantia da segregação de funções e de que as decisões de gestão sejam subsidiadas e amparadas em informações técnicas e jurídicas seguras, tendo como referencial o Contrato de Empréstimo nº 4444/OC-BR, o Regulamento Operacional do Programa e as Políticas do Banco Interamericano de Desenvolvimento que vinculem a execução do Programa, sobretudo as Políticas de Aquisição.

Por fim, conforme relatado anteriormente, a elegibilidade do Programa (acesso aos recursos da operação de crédito) foi concretizada no dia 19/12/2019, com a emissão da **CBR 3204/2019**, de autoria do Banco Interamericano de Desenvolvimento, quando consideradas atendidas todas as condições prévias ao primeiro desembolso.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de Contabilidade Caixa

As demonstrações financeiras foram elaboradas sobre a base contábil de caixa, registrando-se as receitas quando do recebimento dos fundos e reconhecendo-se as despesas quando estas efetivamente representam despesas pagas em dinheiro. Esta prática contábil difere das NICSP, segundo as quais as transações devem ser registradas na medida em que incorrerem, e não quando de seu pagamento. No entanto, as NICSP foram aplicadas para essas circunstâncias, conforme previsto no capítulo "IPSAS base de caixa – Relatórios Financeiros com base na contabilidade de caixa".

2.2 Unidade Monetária

Os registros contábeis do Programa são mantidos em dólares dos Estados Unidos, de acordo com os requisitos do BID. Para o cálculo da equivalência em dólares dos Estados Unidos da América do dinheiro recebido em moeda nacional na conta





específica do banco comercial, utiliza-se a taxa de câmbio negociada pela Secretaria de Finanças do Município do João Pessoa com os agentes bancários no momento do recebimento desses recursos (internalização). Os pagamentos, por sua vez, são feitos em moeda local, e convertidos em dólar pela taxa de câmbio da internalização do recurso, determinada no contrato de câmbio.

Nesse processo já foram celebrados três contratos de câmbio conforme exposto na tabela abaixo:

Solicitação de Desembolso nº	Contrato de Câmbio nº	Data de Internalização	Taxa de Câmbio
001/2020	231423306	17/02/2020	4,3150
003/2020	243642451	13/07/2020	5,3410
005/2020	253129338	20/11/2020	5,3385

A taxa de câmbio aplicável à conversão dos pagamentos em reais para dólares é a taxa estipulada na cláusula 3.03, do Contrato de Empréstimo. Esta cláusula determina as seguintes regras de conversão:

✓ Para os pagamentos com recursos do financiamento, aplica-se a regra constante no item (i) disposto no Artigo 4.10 das Normas Gerais, ou seja, a mesma taxa da internalização dos recursos financiados para moeda local;

✓ Para o reconhecimento dos pagamentos a débito da contrapartida local, aplica-se a regra constante no item (ii) disposto no Artigo 4.10 das Normas Gerais, ou seja, taxa de pelo Banco Central do Brasil na data de pagamento da despesa em moeda local.

✓ Adicionalmente, para determinar a equivalência de despesa incorridas em Moeda Local para as quais se solicite ao Banco o reembolso a débito do Empréstimo, a taxa de câmbio aplicável será a taxa de câmbio de compra fixada pelo Banco Central do Brasil no dia anterior à data efetiva da apresentação da solicitação de reembolso ao Banco.



3. FUNDOS DISPONÍVEIS

Os fundos disponíveis em 31 de dezembro de 2020 estão depositados na conta bancária do Programa e incluem as receitas geradas por juros e ganhos cambiais conforme tabela abaixo:

Conta - 00071010-9 Agência - 1909 Banco - Caixa Econômica Federal	ANO			
	2019		2020	
	R\$	US\$	R\$	US\$
CONTA CORRENTE	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTA FUNDO DE INVESTIMENTO	0,00	0,00	1.383.417,90	259.143,78

Durante o ano de 2020 foram registradas receitas provenientes de juros no total de US\$ 148,23 (R\$ 770,24).

4. ADIANTAMENTOS (ANTECIPADOS) PENDENTES DE JUSTIFICAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo pendente de justificação ao BID é de US\$ 602.231,56, e está representado nas seguintes solicitações de desembolso pendentes de tramitação ou gastos efetuados não incluídos em tais solicitações:

	US\$	R\$
Saldo Disponível em Conta na Moeda da Operação em: 31/12/2020	258.995,55	1.382.647,66
Gastos ou Pagamentos Pendentes de Apresentação ao Banco	343.236,01	1.832.371,14
TOTAL	602.231,56	3.215.018,80

5. ADIANTAMENTOS (ANTECIPADOS) E JUSTIFICATIVAS

A conciliação dos adiantamentos e justificativas de gastos com LMS – 1 segue no quadro abaixo:

	US\$	R\$
Saldo de adiantamentos no início do período	0,00	0,00
(-) Adiantamentos legalizados durante o período	587.438,44	2.981.556,67
(+) Adiantamentos recebidos	1.189.670,00	6.196.575,47
(=) Saldo de adiantamentos no encerramento do período	602.231,56	3.215.018,80



6. FUNDOS DE CONTRAPARTIDA NACIONAL

De acordo com o contrato de empréstimo nº 4444/OC, o município de João Pessoa, do Estado da Paraíba, assumiu o compromisso de contribuir como contrapartida local a importância de US\$ 100.000.000,00, equivalente a 100% do valor financiado. Até 31 de dezembro de 2020, o Município contribuiu com a importância de US\$ 7.187.097,79, o que representa em reais o montante de (R\$ 23.491.110,59), o equivalente a 7,19% do total comprometido.

7. AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES

Conforme a Demonstração do Fluxo de Caixa de 2020, não houve ajustes de exercícios anteriores.

8. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

As aquisições dos bens e as contratações dos serviços foram efetuadas em observância às normas do BID (GN 2349 e GN 2350), e também, conforme sistemas nacionais admitidos pelo Contrato de Empréstimo (conforme Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993, por exemplo).

Os bens de consumos adquiridos em 2020 (quais sejam, kits de limpeza e de higiene pessoal, bem como cestas básicas para atender população em situação de vulnerabilidade social no ápice da pandemia do novo coronavírus (vetor da COVID – 19) foram devidamente registrados por comissão regularmente constituída (Portaria nº 465/2020). Do mesmo modo, os serviços contratados, cujas vigências contratuais foram concluídas, tiveram sua prestação regularmente efetuada, assim como os serviços cujas vigências estão curso.

Até 31.12.2020, foram realizadas as seguintes aquisições e contratações:



OBJETO	CONTRATO Nº	ANO
Contratação de consultoria individual para a capacitação de equipe técnica e elaboração de Termo de Referência para a revisão do Plano Diretor e Legislação Complementar	02.012/2019	2019
Contratação e serviço técnico de informática de apoio à execução financeira do Programa de Desenvolvimento Urbano, Integrado e Sustentável do Município de João Pessoa	02.013/2019	2019
Contratação de consultoria individual para apoiar a implantação do Centro de Cooperação da Cidade (CCC) de João Pessoa	02.014/2019	2019
Contratação de consultoria individual para elaboração de proposta de viabilidade de introdução de espaços comerciais em conjuntos habitacionais de baixa renda no Complexo Beira Rio, no Município de João Pessoa	02.001/2020	2020
Contratação de Consultoria Individual para elaboração de proposta de implantação e operação dos Escritórios Locais de Gestão (ELOS), dedicados a organizar os processos de reassentamento e melhorias habitacionais em 8(oito) comunidades do Complexo Beira Rio	02.002/2020	2020
Contratação de Serviços de Consultoria de Apoio Ao Gerenciamento de Projetos do Programa João Pessoa Sustentável	02.003/2020	2020
Prestação de Serviços Especializados de Tecnologia da Informação e Comunicação, Consultoria e Assessoria Técnica para adequação do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Financeira (SIGEF)	02.004/2020	2020
Aquisição de 20.882 (vinte mil, oitocentas e oitenta e duas) cestas básicas para atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social, agravada pelo COVID-19	02.005/2020	2020
Aquisição de 20.882 (vinte mil, oitocentas e oitenta e duas) kits de produtos de limpeza para atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social, agravada pelo COVID-19	02.006/2021	2020
Aquisição de 20.882 (vinte mil, oitocentas e oitenta e duas) kits de higiene pessoal para atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social, agravada pelo COVID-20	02.007/2022	2020
Dispensa de licitação para a contratação de locação de imóvel para abrigar a Equipe da UEP/GAPRE	02.008/2020	2020





Aquisição de equipamentos de informática para a administração do Programa João Pessoa Sustentável - aquisição de 01 (um) projetor multimídia e 02 (duas) caixas de som	02.009/2020	2020
Aquisição de equipamentos de informática para a administração do Programa João Pessoa Sustentável - 01 (um) aparelho de audioconferência	02.010/2020	2020

9. CATEGORIAS DE INVESTIMENTOS

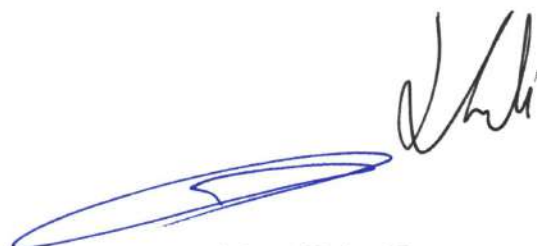
9.1 – Custos das Atividades

Categorias de Investimento	BID	PMJP	TOTAL
I. Componentes de Investimentos	89.966	98.077	188.043
Componente I - Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade	65.111	98.077	163.188
Componente II - Fortalecimento da Gestão	24.855	0	24.855
II. Gestão/ Administração do Programa	10.034	1.923	11.957
UEP e Auditoria	7.653	1.923	9.576
Monitoramento e Avaliação	469	0	469
Programas do MGAS	1.912	0	1.912
TOTAL	100.000	100.000	200.000

9.2 – Gastos Financeiros

9.2.1 – Juros e Comissão de Crédito

Conforme as Cláusulas 2.06 e 2.07, constantes das Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo, os custos financeiros no exercício de 2019 e 2020 tem-se os pagamentos de juros e comissão de crédito que ocorreram conforme o quadro a seguir:





DATA DE VENCIMENTO	BOLETO	DESCRIÇÃO	VALOR (US\$)	VALOR (R\$)	DATA DE PAGAMENTO
15/06/2019	1º	Comissão de Crédito	US\$ 160.273,97	R\$ 617.695,88	13/06/2019
15/12/2019	2º	Comissão de Crédito	US\$ 250.684,93	R\$ 1.025.050,68	20/12/2019
15/06/2020	3º	Comissão de Crédito	US\$ 249.772,92	R\$ 1.275.090,76	12/06/2020
		Juros	US\$ 1.399,56	R\$ 7.144,75	12/06/2020
15/12/2020	4º	Comissão de Crédito	US\$ 248.675,30	R\$ 1.275.849,82	09/12/2020
		Juros	US\$ 3.088,10	R\$ 15.794,09	09/12/2020

9.2.2 – Fundo de Inspeção e Vigilância – FIV

Conforme a Cláusula 2.08, das Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo, não existe previsão, no contrato de empréstimo, de recursos para Fundos de Inspeção e Vigilância.

10. DESEMBOLSOS EFETUADOS

Os desembolsos efetuados dos recursos do empréstimo, até 31 de dezembro de 2020, conciliados com o Demonstrativo de Fluxo de Caixa, estão demonstrados na tabela abaixo:

Desembolsos 2020	Mês	Valor (US\$)	Valor (R\$)
1º Desembolso	Fevereiro	152.000,00	655.880,00
2º Desembolso	Julho	437.670,00	2.337.595,47
3º Desembolso	Novembro	600.000,00	3.203.100,00
TOTAL		1.189.670,00	6.196.575,47



11. CONCILIAÇÃO ENTRE A DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA E A DEMONSTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS

DESCRIÇÃO	BID		LOCAL		TOTAL	
	US\$	R\$	US\$	R\$	US\$	R\$
Demonstração de Fluxos de Caixa	930.674,45	4.813.927,81	7.187.097,79	23.491.110,59	8.117.772,24	28.305.038,40
Demonstração de Investimentos Acumulados	930.674,45	4.813.927,81	7.187.097,79	23.491.110,59	8.117.772,24	28.305.038,40
DIFERENÇA	-	-	-	-	-	-

12. CONCILIAÇÃO DOS REGISTROS DO PROGRAMA COM OS REGISTROS DO BID (OPS – 1 OPERATIONAL AND FINANCIAL EXECUTIVE SUMMARY), POR CATEGORIAS DE INVERSÃO

Componentes/Subcomponentes	DEMONSTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS		OPERATIONAL AND FINANCIAL EXECUTIVE SUMMARY (OPS - 1)		DIFERENÇA	
	US\$	R\$	US\$	R\$	US\$	R\$
I. Componentes de Investimentos	789.983,73	4.115.927,35	515.287,11	2.649.453,78	274.696,62	1.466.473,57
Componente I - Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade	507.627,49	2.608.543,78	507.627,49	2.608.543,78	-	-
Componente II - Fortalecimento da Gestão	282.356,24	1.507.383,57	7.659,62	40.910,00	274.696,62	1.466.473,57
II. Gestão/ Administração do Programa	140.690,72	698.000,46	72.151,33	332.102,89	68.539,39	365.897,57
UEP e Auditoria	140.690,72	698.000,46	72.151,33	332.102,89	68.539,39	365.897,57
Monitoramento e Avaliação						
Programas do MGAS						
TOTAL	930.674,45	4.813.927,81	587.438,44	2.981.556,67	343.236,01	1.832.371,14

Os valores apresentados na coluna "Diferença", correspondem aos pagamentos realizados no exercício, porém pendentes de justificativas. Conforme indicado na Demonstração de Fluxo de Caixa.



13. CONCILIAÇÃO DO PASSIVO A FAVOR DO BID ENTRE O MONTANTE REGISTRADO NO CAMPO "DISBURSED AMOUNT" DO OPS -1 E O REGISTRADO NO CAMPO "RECURSOS RECEBIDOS – BID DA DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

DESCRIÇÃO	TOTAL	
	US\$	R\$
Demonstração de Fluxos de Caixa (Recursos Recebidos: Desembolsos + FIV)	1.189.670,00	6.196.575,47
OPS - 1 (Disbursed Amount)	1.189.670,00	6.196.575,47
Diferença	-	-

14. CONTINGÊNCIAS

Não há registros de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos que contra a administração do Programa até data base de 31/12/2020, e até a data da elaboração/aprovação das demonstrações financeiras.

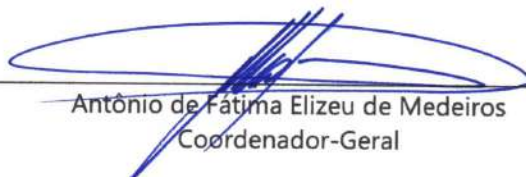
15. EVENTOS SUBSEQUENTES

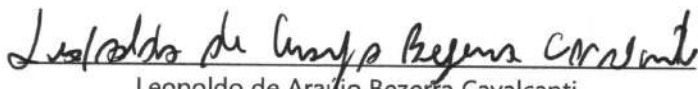
Não ocorreram eventos entre a data do encerramento do exercício e a data da elaboração das demonstrações financeiras que possam afetar a situação financeira do Programa.

16. SITUAÇÃO DOS AJUSTES ORIGINADOS DE OPINIÕES DIFERENTES DO PADRÃO POR PARTE DOS AUDITORES INDEPENDENTES NO ANO OU PERÍODOS ANTERIORES

Não houve modificações que afetem o período em curso e que refletem nas demonstrações financeiras do período anterior, utilizados no presente relatório para fins de comparação.


Juliana de Oliveira Medeiros
Coordenadora Administrativa/Financeira
CRC nº 10.83610-9/PB


Antônio de Fátima Elizeu de Medeiros
Coordenador-Geral


Leopoldo de Araújo Bezerra Cavalcanti
Prefeito